

Bresser diz que Brasil refinanciará metade dos juros da dívida

por Ivo Dawney
do Financial Times

O Brasil solicitará o refinanciamento da metade dos juros de sua dívida de US\$ 68 bilhões a bancos comerciais, de prazo mais longo, vencidos antes de sua declaração de moratória nos pagamentos.

A outra metade do total, estimada em Brasília em aproximadamente US\$ 7,3 bilhões durante 1987/88, seria paga pelo governo com rendimentos no comércio com o exterior.

Além disso, o Brasil comunicará em conversações futuras seu desejo de uma troca nos fluxos de caixa positivos para o País dos bancos comerciais para instituições oficiais e governos de países.

Esses foram os principais pontos salientados pelo ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, ao Financial Times na quinta-feira em sua primeira conversa com um jornal estrangeiro sobre suas metas de negociação.

Usando um tom bem conciliatório, Bresser Pereira disse acreditar que um entendimento com o Fundo Monetário Internacional (FMI) poderá ser alcançado se a organização aceitar uma série de metas sobre comércio, expansão econômica e déficits públicos que o Ministério da Fazenda está definindo agora.

METAS DO PLANO

As principais metas do plano são a obtenção de um crescimento de 5% neste ano e de 6% em 1988, superávits comerciais de US\$ 8,5 bilhões e de US\$ 10 bilhões, respectivamente, e redução dos empréstimos do setor público em 1987 para 3,5% do Produto Nacional Bruto (PNB), em comparação com a estimativa atual de 6,7%.

Apesar de todo o esforço que está sendo feito para obter cortes nos gastos públicos, Bresser Pereira insistiu em que as metas seriam de sua iniciativa e condicionalidades para financiamentos estavam excluídas. "Estamos preparando esse plano de acordo com o nosso próprio interesse e com o que acreditamos ser bom para o Brasil", ressaltou.

Mas o principal impulso dos argumentos do ministro concentrou-se sobre a necessidade de uma maior colaboração dos organismos internacionais — o Banco Mundial (BIRD), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e os países credores do Clube de Paris.

Embora possa aceitar um afluxo de fundos do Brasil para os bancos comerciais, o País precisa de ingresso de recursos ligeiramente maiores, quem so-

mente pode ser fornecidos pelos organismos internacionais, aos quais continuam sendo pagos o principal e os juros da dívida.

"Isso significa que a médio prazo a participação de bancos e órgãos oficiais deverá aumentar e a dos bancos privados diminuir", disse o ministro.

Bresser Pereira reconheceu que as maiores dificuldades nesse sentido poderão vir do Clube de Paris, mas sugeriu que a flexibilidade com os países que sofrem de problemas de balanço de pagamentos e a possível disponibilidade de dinheiro novo proveniente do plano japonês de oferecer cerca de US\$ 30 bilhões de ajuda adicional poderão resolver as dificuldades.

QUESTÃO POLÍTICA

Bresser Pereira salientou que a questão da dívida é essencialmente política e que a maioria dos envolvidos reconheceu que requer soluções políticas.

Sobre as dívidas comerciais, o ministro da Fazenda disse que o chamado "cardápio" de opções, semelhante ao oferecido pela Argentina, seria praticável, permitindo aos bancos escolher como resolver seus problemas específicos. Ele descartou a possibilidade de qualquer exigência brasileira de conversão compulsória de uma parte dos juros em principal.

Para os bancos menores, o Brasil está interessado em desenvolver um sistema de leilões de dívida durante um período de quatro anos. Acredita-se que isso poderá incluir vendas de dívida com descontos substanciais, possivelmente para empresas que desejam investir capital no Brasil. Pode haver também alternativas de conversão de dívida em ações, embora Bresser Pereira revelasse que essas opções são mais atraentes para os bancos do que para o Brasil.

Nos seus comentários finais, o ministro ressaltou a importância que ele pessoalmente dá à normalização do relacionamento do País com a comunidade financeira internacional, enquanto mantém sua soberania nas questões econômicas.

"É um jogo que ambos os lados precisam participar", afirmou.

As novas conversações deverão ser iniciadas com os credores estrangeiros em julho, depois que a missão do FMI ao Brasil, prevista para chegar nesta segunda-feira, tiver examinado o plano de ajustamento econômico interno. Os analistas acreditam que as negociações plenas poderão não começar até a reunião do FMI em setembro e, ainda, que não serão finalizadas antes do Ano Novo.